

RELATÓRIO ATOS PRESIDENCIAIS

Publicados no Diário Oficial da União (DOU) em 1 e 2 de janeiro de 2023

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.154, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Resumo: Estabelece a organização da administração direta do Poder Executivo da República em 37 ministérios e descreve suas funções.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.155, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

Resumo: Adiciona o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil e um adicional de cinquenta por cento da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços - SLP da Agência Nacional do Petróleo.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.156, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, instituída por autorização da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta.

Resumo: Essa Medida Provisória extingue a Funasa e transfere suas competências para o Ministério da Saúde (atividades de vigilância de saúde e ambiental), e para o Ministério das Cidades (demais funções).

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023

Ementa: Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.

Resumo: Reduz a zero, até 31 de dezembro de 2023, as alíquotas para a contribuição de PIS/Pasep e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, para combustíveis.

*As Medidas Provisórias são atos com força de Lei submetidos pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em que pese tenham vigência imediata, podem perder a eficácia se não forem analisadas pelo Poder Legislativo no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período.

DECRETOS PRESIDENCIAIS

No dia 1º de janeiro, o presidente empossado assinou 52 Decretos Presidenciais, que estabelecem funções da nova estrutura do Poder Executivo e nomeiam os respectivos ministros. Também assinou Decretos Temáticos, revogando atos do governo anterior, e estabelecendo ou reestabelecendo políticas públicas em diferentes áreas. Abaixo apresenta-se breve resumo sobre alguns dos principais decretos:

DECRETO Nº 11.332, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Resumo: Estrutura a organização e atribuições do Ministério da Agricultura e Pecuária, estabelecendo o Ministério como responsável pela política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural e demais funções. Sobre a estrutura estabeleceu também os órgãos de assessoria direta do Ministro (Gabinete) e as principais secretarias: (I) Secretaria de Política Agrícola; (II) Secretaria de Defesa Agropecuária; (III) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;

DECRETO Nº 11.372, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO Nº 11.373, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO Nº 11.375, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Dispõe sobre a extinção de adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras no exterior e regras transitórias.

DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDA e dispõe sobre os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.

DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.

Resumo: Institui regras para gestão e certificação de doações para o Fundo Amazônico pelo BNDES, e a formação do Comitê Técnico e do Comitê Orientador do fundo.

DECRETO Nº 11.369, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Revoga o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

Resumo: Revoga o PRÓ-MAPE, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala, que incentiva políticas públicas do desenvolvimento da mineração em pequena escala e possibilitava o garimpo em área indígenas e de proteção ambiental.

DECRETO Nº 11.370, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Resumo: Revoga decreto já suspenso pelo STF que criava espaços para “educação especial” para alunos com deficiência com espaço separado de convivência com outras crianças.

DECRETO Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

DECRETO Nº 11.371, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

DECRETO Nº 11.374, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Revoga decretos, revigora dispositivos e reconstitui redações.

Resumo: Revoga decreto que estabelecia desconto para as alíquotas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

DECRETO Nº 11.376, DE 1º DE JANEIRO DE 2023

Ementa: Altera o Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, que dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal.

DESPACHOS**Principais despachos:**

Ementa: Tendo em vista a necessidade de assegurar uma análise rigorosa dos impactos da privatização sobre o serviço público ou sobre o mercado no qual está inserida a referida atividade econômica, determino a adoção de providências pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, pelo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Ministro de Estado das Comunicações, pelo Ministro de Estado da Fazenda, pelo Ministro de Estado da Previdência Social e pelo Secretário de Comunicação Social da Presidência da República para revogar os atos que dão andamento à privatização das seguintes empresas, por qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI ou por inclusão da entidade no Programa Nacional de Desestatização - PND:

Resumo: O despacho determina estudo para retirada dos planos de privatizações as seguintes estatais: Petrobras; Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA); Correios; Empresa Brasil de Comunicação (EBC); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Ementa: Tendo em vista a identificação, pela equipe de transição, de diversas decisões baseadas em fundamentos equivocados acerca de proteção de dados pessoais, de segurança nacional e do Presidente da República e de seus familiares e de proteção das atividades de inteligência, que desrespeitaram o direito de acesso à informação, banalizaram o sigilo no Brasil e caracterizam claro retrocesso à política de transparência pública até então implementada, determino a adoção de providências pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no prazo de trinta dias, para revisão de atos que impuseram sigilo indevido a documentos de acesso público, com exame dos casos apontados e com a continuidade do levantamento realizado pela equipe de transição com vistas a verificar a necessidade de a administração pública revisar decisões que indevidamente negaram pedidos de acesso à informação ou impuseram sigilos com fundamentos não ancorados em lei. Em 1º de janeiro de 2023.

Resumo: Revoga sigilos, e dá a CGU 30 dias para reestabelecimento de regras da Lei de acesso à informação.